

FAMÍLIA E MESTIÇAGEM: ENSAIO SOBRE RELAÇÕES RACIAIS

Antonio José de Souza¹

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea/UCSal/Secretaria Municipal de Educação de Itiúba/BA, e-mail: tonnysouza@gmail.com

Resumo: O presente ensaio propõe, a partir do pensamento despretensioso, trazer elucubrações oriundas das leituras feitas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea (PPGFSC/UCSal), bem como dos estudos sobre a categoria família e suas facetas híbridas e mestiças. Portanto, trata-se mais de um exercício epistêmico em si mesmo do que a promessa em oferecer respostas contundentes.

Palavras-chave: Identidades, Família, Mestiçagem, Relações raciais.

1. Introdução

Naquela tarde comum de final de março, juntei-me a um grupo modesto e empenhado em escutar as narrativas de mulheres angolanas¹. E entre a cor retinta linda e lustrosa, o sorriso largo e o sotaque de lusofonias com sons abertos, ora fechados; falava-nos, a pesquisadora, sobre uma cultura irmã, enquanto denunciava tantos aspectos por mim ignorados. À proporção que a interlocução avançava, ouvi sobre os mestiços² angolanos, isto é: pessoas de ascendência africana e europeia, consequência da longa presença de portugueses em Angola, constituindo uma ‘raça’ distinta da branca e negra. Fiquei atento, pois a mesma medida do meu interesse pelo temário era, também, da minha insipiência.

Posto isto, o presente ensaio³ propõe, a partir do pensamento despretensioso, trazer elucubrações oriundas das leituras feitas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea (PPGFSC/UCSal), bem como dos estudos que

¹ Apresentação da Dr^a. Florita Cuhanga António Telo (UFBA) acerca da pesquisa, realizada no âmbito do doutoramento, intitulada: Autonomia reprodutiva entre mulheres angolanas – narrativas e escolhas.

² Observe que nesse trabalho os substantivos são apresentados e flexionados no gênero masculino, no entanto concernentes também ao gênero feminino, apenas por uma questão de estrutura textual. Mas, ressalto que não pretendo com isso reforçar velhas crenças patriarcais ou falocêntricas, nem mesmo discutir aspectos culturais e sociais das relações entre os sexos.

³ Sobre ensaio, sugiro que considerem a compreensão de Adorno (1986) a respeito da proximidade com uma autonomia estética sem compromisso com ‘algo definitivo’, distanciando-se das regras e determinações. Nesse sentido, o ensaio está vinculado ao pensamento diante da vida e das ‘questões suspensas’, até mesmo, para o ensaísta.



fundamentaram a escrita do meu Projeto de Pesquisa⁴. Em razão disso, assenta o meu interesse em ensaiar sobre a categoria família e suas facetas híbridas e mestiças. Portanto, trata-se mais de um exercício epistêmico em si mesmo do que a promessa em oferecer respostas contundentes.

2. A irrefutável mestiçagem

A história do Brasil tem como marco inicial a chegada do homem primitivo na América, que, durante a sua marcha evolutiva, constituiu as estruturas tribais indígenas, tal qual os portugueses surpreenderam quando aqui atracaram. Isto posto, por volta do século XX, as expressões artísticas brasileiras estiveram impregnadas de ufanismo, com suas interpretações românticas e pacíficas do cruzamento entre os portugueses e os índios nativos, vindo na ‘união do português com a índia’ e, posteriormente, ‘amaciada pelo óleo’ da intervenção africana, uma bem-intencionada incorporação cultural, econômica e social, visto que a mistura entre raças passou a ser compreendida como um fenômeno único, original, e inteiramente favorável à sociedade brasileira, “considerada de modo geral, [...], um processo de equilíbrio de antagonismos. Antagonismos de economia e de cultura. A cultura europeia e a indígena. A europeia e a africana. A africana e a indígena” (FREYRE, 2004, p. 116).

No entanto, nossa identidade nacional está fatalmente vinculada a essa história pelas marcas da “[...] conquista, expropriação, genocídio, escravidão, pelo sistema de engenho e pela longa tutela da dependência colonial. [...] é a figura masculina dominante, cercada pela insígnia do poder, da ciência, do conhecimento e da religião [...]” (HALL, 2013, p. 33). Irrefutavelmente, a mestiçagem integra as relações raciais no Brasil, seja na sua configuração biológica (miscigenação), seja na sua configuração cultural (sincretismo cultural), ou mesmo a partir da hibridização, conceito responsável pela discussão em torno das demarcações identitárias e culturais, a fim de elucidar até que ponto os elementos embrionários são mantidos, após as combinações, uma vez que se combate a ideia de uma identidade integral, originária e unificada, sendo que “[...] a própria ideia de uma identidade nacional pura, ‘eticamente purificada’, só pode ser atingida por meio da morte, literal e figurativa, dos complexos

⁴ Título do meu Projeto: “EU SOU A OVELHA ‘NEGRA’ DA FAMÍLIA?!” Memórias de professores negros e homossexuais, sob a orientação da Prof^a Dr^a Elaine Pedreira Rabinovich (FABEP/UCSal).



entrelaçamentos da história e por meio das fronteiras culturalmente contingentes da nacionalidade [...]” (BHABHA, 2013, p. 25).

3. Mestiçagem: caso de família

Há pouco falei brevemente da mestiçagem freyreana substanciada no clássico de 1930, “Casa-Grande & Senzala”, no qual encontra-se as formulações político-ideológicas também sobre a família patriarcal colonial brasileira, logo uma família chefiada por um patriarca – um ‘Deus Pai’ que, segundo Roudinesco (2003, p. 22) “é visto como a encarnação terrestre de um poder [...] é aquele que toma posse do filho [...] porque seu sêmen marca o corpo deste, depois porque lhe dá seu nome [...] que confere uma identidade”. Esse pai era, sem exagero, o senhor da família, exercendo primazia “sobre o corpo das famílias” (ROUDINESCO, 2003, p. 21). Nesse sentido, famílias (no plural) é bem apropriado, pois tal regência constituía-se no âmbito da família extensa, isto é, “[...], composta pelo casal nuclear e seus filhos, escravos e agregados, representava uma forma de proteção e sobrevivência de seus componentes” (FLEXOR, 2015, p. 32).

Cabe retomar o processo de miscigenação freyreana em que o intermédio se dava através da conjugação dos contrários, “[...] mas predominando sobre todos os antagonismos, o mais geral e o mais profundo: o senhor e o escravo” (FREYRE, 2004, p. 116). Para Flexor (2015, p. 33) os negros escravizados eram beneficiados por essa convivência, tendo em vista “a inclusão de um ou mais escravos no testamento de seus donos [...]. Normalmente eram escravos da casa do senhor. Muitas escravas chegaram à condição de mãe-preta, por terem criado, ou até amamentado, meninos brancos.”

Contudo, o senhor da casa-grande e da senzala, conduzia sua família revestido, também, de uma prerrogativa despota natural, portanto ‘um ideal de dominação’ que justificava, entre outras coisas, a circunstancial infidelidade do marido e por consequência os seus ‘bastardos’ concebidos à exceção do casamento, fora da família (ROUDINESCO, 2003). Tal construção cabe ao Pai-senhoril de Freyre que no eminente crescimento de suas famílias e das demandas de suas casas-grandes, via a exigência de mão-de-obra feminina já que “os escravos eram essenciais para sobrevivência material dessas pessoas e, como se sabe, ocupavam a senzala,



embora alguns fossem selecionados para servir à casa principal” (FLEXOR, 2015, p. 33).

Assim, segundo Chiavenato (1987) o pai-senhor ‘enfasiado’ dos serviços sexuais das índias, designam as negras mais atraentes para si. Evidentemente não poderia casar-se com elas, afinal existiam leis que proibiam a união entre branco e negra, mas não existia a proibição da prática sexual entre as raças. De tal modo, senhores brancos “arrancavam as negras mais belas [...] fazendo-as subir para seus quartos, engravidando-as [...], quando viam nascer seus filhos simplesmente aproveitavam a sorte para aumentar o número de escravos” (CHIAVENATO, 1987, p. 140). Nesse caso, os filhos dessa fusão – os mulatos – eram os ‘bastardos’, pois eram impedidos de serem assimilados pela família o que abalaria a estrutura de castas sociais.

A partir dessa constatação, resta-nos ressaltar os malefícios e prejuízos respingados imprudentemente nas relações raciais no Brasil, em grande parte decorrentes da popularização da teoria da democracia racial, que, na perspectiva de Gilberto Freyre (2004), é verificada pela liberalidade presente no encontro pluriétnico, assim como pela intercomunicação e até a composição simétrica de tradições diversas. Por isso, os índios foram “domesticados para o transcendental”, enquanto o homem branco misturava-se “gostosamente” com as mulheres de cor, multiplicando-se por meio dos filhos mestiços, e demonstrando o quanto estavam predispostos a uma “colonização híbrida”.

Dessa forma, uma vez que, pelo contato do homem branco português, se formou aqui uma sociedade agrária na estrutura econômica, híbrida de índio e mais tarde de negro, ver-se em uma “democracia racial” baseada na premissa de que a reunião das etnias e culturas aconteceu de um “modo exitoso”, provocando a formação de uma sociedade ausente de severas acomodações raciais e sem agressivos preconceitos. Entretanto, para Chiavenato (1987) a mestiçagem no Brasil, diferente do que se apreende de Freyre, por exemplo, de maneira nenhuma foi uma ‘democracia racial e social’, longe disso, pois os mulatos ‘bastardos’, oriundos do ‘híbrido’ de senhores patriarcais com negras escravizadas, são resultados de uma submissão factual. Nesse sentido, o “processo de miscigenação, fundamentado na exploração sexual da mulher negra, foi erguido como um fenômeno de puro e simples genocídio. O “problema” seria resolvido pela eliminação da população afrodescendente” (NASCIMENTO, 2017, p. 84).

Com base no fragmento acima do intelectual Abdias Nascimento, trago para o debate o



pensamento do antropólogo Antonio Risério, reconhecendo-o como uma voz bifurcada por trazer outra perspectiva para o debate sobre miscigenação, bem como por suas críticas, em especial, a Abdias Nascimento. Nesse sentido, foi publicado no site do Jornal Folha de São Paulo, no dia 16 de dezembro de 2017, uma entrevista em que Risério faz crítica às comemorações do 20 de novembro em que integrantes do Movimento Negro empunham uma faixa com os dizeres ‘miscigenação também é crime’ em alusão ao que foi cunhado por Nascimento. Por esse ângulo, Risério diz que o slogan racista exibido nas manifestações da Avenida Paulista é um “[...] apartheid amoroso-sexual no país”, pois com o combate à miscigenação em voga “[...] passa-se do ‘lugar de fala’ ao ‘lugar de cama’”. Isto posto, em meados da entrevista, Antonio Risério faz crítica à seguinte citação de Abdias Nascimento (2017, p. 83): “[...] já vimos que um dos recursos utilizados foi o estupro da mulher negra pelos brancos [...], originando os produtos de sangue misto: o mulato, o pardo, o moreno, o parda-vasco, o homem-de-cor, o fusco, e assim por diante [...]”.

Nesse seguimento, a entrevista passa ser centrada no objetivo de “anatomizar” e “dissecar” o registro acima nos seguintes termos: i) os mestiços também se envolveram em rebeliões combatendo a ‘elite senhorial branca’, edificando e vivendo em quilombos e constituindo lideranças em revoluções; ii) a miscigenação não é e nem pode ser um método sectário e partidário, ou seja, constituída com o intuito de branquear a população; iii) o enfoque dado por Abdias Nascimento à miscigenação é anacrônica, pois, na atualidade, não pode ser entendida como ‘violência contra a mulher negra’; iiiii) afinal, existem uniões interracialis (preto e branco) acontecendo como o assentimento e cumplicidade das partes; iiiiii) e por fim, a proximidade com as velhas e retorcidas estruturas do ‘racismo científico’ (séc. XIX) que acreditavam no branqueamento da população brasileira mediante a imigração e miscigenação, já que preponderaria a hereditariedade branca – esquecendo-se que se a miscigenação branqueia, também escurece, ‘assim o genocídio do negro seria o suicídio do branco’, conclui Antonio Risério.



4. Considerações finais

Estamos assistindo, atualmente, episódios de contestação identitária que têm um substrato nas desigualdades existentes na sociedade brasileira, pois ‘em termos de cor’ entre negros e mulatos, percebe-se uma discriminação em favor do mulato. Por isso, sabe-se que no interior da população negra e mestiça não existe o homogêneo, contudo um amálgama inicialmente político, quer dizer: “levar o mulato a se identificar não com o branco, não com a rejeição à luta contra o preconceito, mas levá-lo a aceitar a sua condição de negro e fazer com que sejam negros todos os que possuam caracteres de origem” (FERNANDES, 2017, p. 93). Alcançamos um movimento político mais agregador e unificado, se no passado, mulatos e mestiços não estavam subjetivamente preparados para assumir uma pauta afirmativa, hoje parte do movimento negro se reconhece como heterogêneo, plural e com várias nuances, inclusive nos aspectos ideológicos, nas formas de atuação política.

Isto posto, concordo com a advertência acerca da concepção de uma “homogeneização” de diferentes termos, mas também da cor. Parece-me anacronismo, uma tentativa estúpida de retorno a uma época em que mulatos/mestiços tinham horror de ter suas situações raciais descobertas e alardeadas e, nesse sentido, era “reconfortante” ter documentado na certidão de nascimento a “cor parda”.

Estou convencido de que os mestiços, diferente de tantos negros “retintos”, vivenciaram o caráter dúbio e ambíguo, através da existência do preconceito que “tolera” a mestiçagem, considerando, no processo de hibridização do negro com o branco, a possibilidade de se tornar “agente de civilização”, pois “[...] quanto mais o negro se aproximar do branco pela tez, pelos traços do rosto, nariz afilado, cabelos lisos, lábios finos, maiores as suas possibilidades de ser aceito” (BASTIDE; FERNANDES, 1959, apud GOMES, 2010, p. 146). No entanto, não se justifica que sua identidade seja descaracterizada, transfigurada em identidade moribunda, “morta-ainda-viva”. Portanto, é preciso “ser outro, mas com vida”, o que deixará de acontecer se o entrincheiramento persistir entre nós, negros de nuances diversas, afinal, é onde habita o torpor e o perigo.



5. Agradecimento

Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – (FAPESB) pela concessão da Bolsa de Estudo vinculada ao desenvolvimento do Projeto de Pesquisa que resultará na tese de doutorado.

6. Referências

ADORNO, T. W. O ensaio como forma. In: COHN, G.; FERNANDES, F.; ADORNO, T. W. **Sociologia**. Tradução de Flávio R. Kothe. São Paulo: Ática, 1986.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2013.

CHIAVENATO, J. J. **O negro no Brasil: da senzala à Guerra do Paraguai**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FERNANDES, F. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Expressão Popular e Fundação Perseu Abramo, 2017.

FLEXOR, M. H. O. História da família no Brasil (parte 1). In: BASTOS, A. C. de S.; et al. (Orgs). **Família no Brasil: recurso para a pessoa e sociedade**. Curitiba: Juruá, 2015. pp. 23-66.

FOLHA DE SÃO PAULO DIGITAL. **Movimentos negros repetem lógica do racismo científico**, diz antropólogo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/12/1943569-movimentos-negros-repetem-logica-do-racismo-cientifico-diz-antropologo.shtml>>. Acesso em: 08 abr. 2019.

FREYRE, G. **Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 49. ed. São Paulo: Global, 2004.

GOMES, N. L. Uma dupla inseparável: cabelo e cor da pele. In: BARBOSA, L. M. de A. et al. (Orgs.). **De preto a afro-descendente: trajetórias de pesquisa sobre relações étnicoraciais no Brasil**. São Carlos: EdUFSCar, 2010. pp. 137-150.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Tradução de Adelaine La Guardia Resende, Ana Carolina Escosteguy, Cláudia Álvares, Francisco Rüdiger, Sayonaram



Amaral. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** São Paulo: Perspectiva, 2017.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem.** Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.